

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XIX
VOLUME 31
(JUL-DEZ)
2019
P. 331-343.

“E FOI ASSIM”: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA EM MACIARY, DE HÉLIO ROCHA

Leonardo Júlio Ardaiaⁱ

Mestrando em Estudos Literários na
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Heloisa Helena Siqueira Correiaⁱⁱ

Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas na
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

As reflexões a seguir objetivam analisar a obra literária *Maciary, ou para além do encontro das águas*, do escritor puruense Hélio Rocha, através da voz do narrador principal e suas memórias, bem como das memórias transmitidas pelas personagens no decorrer da narrativa, na medida em que essas agem como narradores secundários. Pretende-se evidenciar como a memória e sua transmissão são uma resistência ao colonialismo de Antônio Labre que assola a região a partir dos primeiros anos da década de 1870 até a consolidação do município de Lábrea, retratado na narrativa como Maciary. Para isso, baseia-se o texto no pensamento pós-colonial, por meio dos estudos de Edward Said (2011), Homi Bhabha (1998) e Albert Memmi (2007), bem como, das reflexões sobre memória de Jeanne-Marie Gagnebin, refletindo, junto com esses autores, como a memória é importante símbolo da cultura e possibilita sua sobrevivência.

Palavras-chave: literatura brasileira; Maciary; romance; memória; Hélio Rocha.

ABSTRACT

The following reflections aim to analyze the literary work *Maciary, ou para além do encontro das águas*, by Puruense writer Hélio Rocha, through the voice of the main narrator and his memories, as well as the memories transmitted by the characters during the narrative, while they act as secondary narrators. It is intended to show how memory and its transmission are a resistance to the Antônio Labre's colonialism that plagues the region from the early 1870s until the consolidation of the municipality of Lábrea, portrayed in the narrative as Maciary. For this, the text is based on post-colonial thought, through the studies of Edward Said (2011), Homi Bhabha (1998) and Albert Memmi (2007), as well as the reflections on memory by Jeanne-Marie Gagnebin, reflecting, together with these authors, how memory is an important symbol of culture and enables its survival.

Keywords: brazilian literature; Maciary; romance; memory; Hélio Rocha.

1. INTRODUÇÃO

Maciary, ou para além do encontro das águas (2018), romance de Hélio Rocha, revela, através de várias narrativas interconectadas, a representação das ações de ocupação às margens do rio Purus, região Amazônica, no norte do Brasil, que iniciaram em 1871, com a chegada da comitiva de Antônio Labre à região. O homem que viria a ser conhecido como Coronel Labre, embarcou a caminho daquelas terras com uma comitiva de homens e mulheres que buscavam riquezas na Amazônia, mais precisamente, a exploração da borracha, que movimentava a economia brasileira à época. A obra de Rocha busca um novo olhar sobre essa ocupação. Olhar que vai de encontro com a exaltação do suposto desenvolvimento e progresso que a exploração dessas áreas trouxe à região. Olhar que faz questão de considerar a experiência indígena e arigó, por meio da representação literária.

O novo olhar permite perceber a ocupação exploratória não como avanço social ou econômico, mas sim, como ocupações colonialistas que carregavam consigo a destruição e o sofrimento das populações que ali viviam e conviviam. Entretanto, o romance é, primeiramente, uma obra literária. Nesse sentido, suas representações, ou seja, seus lugares, imagens, personagens e seu tempo, são produtos estéticos do fazer literário. Portanto, ainda que o *Maciary* dialogue com determinado período histórico da região amazônica, seus acontecimentos e a historicidade, esses aspectos

formam o lugar da enunciação para a construção literária no romance. Nesse sentido, ainda que relacionadas à história da região, essas representações são abordadas a partir de sua construção narrativa ficcional.

Dentre as representações, a memória merece destaque nessa abordagem que se busca construir. A partir da atenção à construção do enredo na narrativa, observou-se como a memória dos acontecimentos são transmitidas através das gerações no interior da própria narrativa, construindo testemunhos de memória entre as personagens. Nesse sentido, o relato da memória é compreendido como ferramenta de resistência. Resistência não apenas contra os avanços dessas ocupações, mas também, como afirma Jeanne-Marie Gagnebin : “[...] tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror” (GAGNEBIN, 2006, p. 40) ou seja, é resistência contra a empresa colonial, contra o completo apagamento da vida, das identidades e culturas.

Em *Maciary*, essa memória é transmitida pelo discurso do narrador principal para o narratário (ou “imagem do leitor”), que pouco tem a ver com o leitor real, mas que, a partir das interações com o narrador, através do imaginário, vai tornando-se cada vez mais nítido e apresentando o papel que desempenha na narrativa. Assim, durante o enredo, os mais velhos (aqueles que lembram) estão constantemente transmitindo a memória aos mais novos, nesse eterno movimento renovador, que

inclui, desde o primeiro momento, o próprio narratário. É o que se depreende quando o narrador-principal afirma: “Permita-me contar-lhes algumas histórias acerca de exploradores, aventureiros, arigós e alguns povos indígenas da selva amazônica” (ROCHA, 2018, p. 11). A recepção dos leitores reais, por sua vez, parece equivaler à recepção dos descendentes que manterão a história viva e a ensinarão às novas gerações.

É através das memórias do narrador principal que o narratário é guiado pelas histórias daquele espaço, das personagens que ali vivem. São essas memórias que transformam as personagens e, até mesmo, os narratários em “atores de suas vidas” (ROCHA, 2018, p. 124), porque, nesse sentido, segundo o narrador “[...] eles, não sofrendo de miopia histórica, enxergavam para além daquela muralha verde do outro lado do Purus...” (ROCHA, 2018, p. 124). A memória presentificando o passado torna a perspectiva sobre o mundo alargada.

De acordo com esta perspectiva, a partir da memória do narrador principal e das personagens, que atuam como narradores secundários, é que se busca estabelecer o elo entre memória e resistência ao colonialismo na obra *Maciary, ou para além do encontro das águas*. Para tanto, esse artigo baseia-se no pensamento pós-colonial, principalmente nas obras *O local da cultura* (1998), de Homi Bhabha; *Cultura e imperialismo* (2011), de Edward Said; *O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* (1989), de Albert

Memmi; bem como, na obra *Lembrar, Esquecer, Escrever* (2006), de Jeanne-Marie Gagnebin.

2. O NARRADOR PRINCIPAL E SUAS REMINISCÊNCIAS

Na década de 1966, os historiadores se deparavam com uma nova percepção da História. Edward Thompson publica um artigo chamado “*The History from Below*”, que faz reflexões sobre fatos históricos das pessoas comuns, que de alguma forma participaram dos acontecimentos, e não mais a partir de uma “perspectiva dos grandes”, como era tradicionalmente encarada (SHARPE, 1992, p. 40). A partir de então, somados aos novos 333 ensaios e livros abordando essa nova visão da história, a “visão de baixo” passou a ampliar-se e atrair a atenção de outros historiadores. Como Jim Sharpe aduz:

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (SHARPE, 1992, p. 41).

Assim, a possibilidade de diferentes perspectivas, até então ignoradas, começava a atrair a atenção de historiadores e historiadoras, sem que, contudo, aí se limitasse. Isto é, a partir dessa nova visão e busca por perspectivas diferentes, percebeu-se a necessidade de “[...]”

tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência” (SHARPE, 1992, p. 42). Desse modo, essa nova visão acerca da história não permitia apenas uma amplitude dos eventos, mas também, uma chave de compreensão a povos e culturas distantes no tempo e, muitas vezes, já inexistentes.

A nova visão mencionada esbarrava em um problema importante, a questão da evidência. Afinal, em História, os fatos, acontecimentos e perspectivas devem basear-se no levantamento de evidências que os suportem. Evidências essas que, no entanto, muitas vezes deixam de existir. Todavia, uma das importantes fontes de evidências é a memória, mais precisamente, as memórias colhidas através da história oral. A partir de então, essa nova perspectiva não se manteve restrita ao campo historiográfico. A “visão de baixo” estendeu-se pelas outras áreas do conhecimento, alcançando, principalmente, a Literatura. A partir do caráter ficcional, a literatura passou a valer-se desses novos textos, dialogando com o novo discurso. A memória, no texto literário, ganha corpo e enredo, sem pretensão de tornar-se verdade absoluta ou fato histórico, mas, ainda assim, consegue alcançar pela via poética uma “visão de baixo”, permitindo que essas visões sobrevivam ao próprio avanço da História que, muitas vezes, anula e encerra as experiências das pessoas comuns.

Em *Maciary*, acompanhamos, desde o início da narrativa, o primeiro narrador, o narrador principal, que ao início já pede licença ao narratário, praticando explicitamente a função comunicativa, em que, segundo o estudioso Yves Reuter, o narrador objetiva “[...] agir sobre ele ou com ele manter contato” (REUTER, 2002, p. 64), informando que vai contar “algumas histórias”. Assim, ele deixa claro que as histórias lhes são conhecidas desde um momento passado e que, agora, ele as estará transmitindo ao narratário, assumindo também uma função testemunhal, ou seja, aquela “[...] centrada na declaração, [que] manifesta o grau de certeza ou de distância que o narrador mantém em face da história que conta” (REUTER, 2002, p. 66). A 334 verossimilhança do romance, nesse sentido, apoia-se na experiência da testemunha que se apresenta.

Em um segundo momento, o narrador principal admite o caráter duplo dessas histórias, quais sejam, (1) sua ficcionalidade e (2) sua constituição memorialística, ao afirmar que já não é possível saber se configuram uma representação, “outra encenação” ou talvez “uma (im)pressão” (ROCHA, 2018, p. 11). Assim, no interior do romance, elas possuem valor de palavras vivas, ou seja, aquelas que não tiram “[...] sua força mais viva da conservação do passado e da perseverança de escritores, historiadores ou filósofos; mas do apelo à felicidade do presente [...]” (GAGNEBIN, 2006, p. 7). Portanto, não se trata de uma pura conservação de fatos passados, são narrativas

vivas que buscam impedir o esquecimento e a aniquilação total do passado.

O narrador principal faz um apelo bem claro quando, tratando dessas narrativas, afirma que os Paumari e Apurinã as merecem e as aguardam “há muito tempo”, do mesmo modo que “os arigós a exigem” (ROCHA, 2018, p. 11). Portanto, as personagens necessitam desse apelo para seguir em frente, para conseguir transformar o presente e assumir a autoria de suas vidas. O apelo é necessário e deve ser ouvido, “[...] mesmo quando ele parece estar sufocado e ressoar de maneira quase inaudível” (GAGNEBIN, 2006, p. 7), porque sem ele, a transformação não é possível, e seríamos, como diz o narrador principal, marionetes historicamente míopes.

Não obstante o imbricamento entre as reminiscências do narrador principal com a História, uma vez que as relações entre Literatura e História se fazem presentes em muitas obras literárias, essas reminiscências devem ser analisadas dentro do contexto da obra, como o crítico Antônio Cândido propõe, isto é, como “[...] uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos” (CÂNDIDO, 2006, p. 62). As reminiscências são compreendidas como uma representação, existindo autonomamente em relação à realidade histórica e social, mesmo que sua existência seja primeiramente devedora dessa realidade. Dessa forma, devem ser analisadas como intrínsecas ao

universo ficcional da obra analisada, independente se suas relações com a História podem ou não ser estabelecidas.

Não obstante, o narrador principal convoca o narratário a assumir um papel direto enquanto perpassa por suas memórias o papel de testemunha. Uma testemunha-literária, de certo, mas ainda assim, alguém que:

[...] não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 49).

335

Narração insuportável não no sentido estético, sinônima de enfadonha, mas no sentido de dolorosa, que causa sofrimento. É por suas memórias que o narrador principal consegue narrar o inenarrável para que o narratário, como um terceiro, assim como as personagens, não sofram de “miopia histórica” e tornem-se “autores de suas próprias vidas” (ROCHA, 2018, p. 129). Dessa forma, resta apenas conhecer as reminiscências a partir da narrativa, descobrir quais são os sofrimentos indizíveis dos Paumari, dos Apurinãs e dos arigós, bem como saber qual o papel que essas narrativas desempenham para esses “povos submetidos ao Colonialismo” (ROCHA, 2006, p. 13).

3. A OCUPAÇÃO COLONIALISTA EM UMA DAS CURVAS DO PURUS

Maciary foge ao convencional do gênero, pois embora seja um romance cheio de intertextualidades, principalmente com o texto histórico, ainda apresenta uma prosa romanesca, o discurso do narrador e das personagens dispõem-se em uma narrativa organizada através do encadeamento de várias narrativas, ou seja, a sua verdadeira organização dá-se, conforme a reflexão de Tzvetan Todorov “[...] ao nível da interpretação e não dos acontecimentos-a-interpretar” (2006, p. 177). No entanto, o romance ainda apresenta temas e imagens que retomam aspectos do romantismo. A exemplo a própria natureza, tão presente na narrativa, não é mero lugar em que a ação das personagens ocorre, mas sim, parte expressiva da narrativa. Nas palavras de Bosi (2017), ela “significa e revela” (p. 97).

Nessa manhã **langurosa**, ainda chovia levemente. De fato, eram apenas os restos de neblina da noite passada que pingavam nos arvoredos, em cujas folhas alguns mosquitos e pererecas coloridas camuflavam-se, enquanto os pingos compunham suas últimas notas nos telhados de zinco e alumínio daquela comunidade humana conformadamente perdida no seio da Selva. [...] E *Maciary*, uma cidadezinha fincada ali na margem direita de uma das inúmeras curvas daquele rio, **fervilhava e chorava** (ROCHA, 2018, p. 19-20, grifo nosso).

Como se vê, a natureza também participa da narrativa, ela age e reage com as histórias que ali se passam, ou seja, “encarna as pressões

anímicas” (BOSI, 2017, p. 98). Assim como o Romantismo, *Maciary* busca, em nível estético, na própria tessitura do romance, um retorno ao passado, uma construção a partir dos povos originários (autóctones), suas línguas, seu conhecimento e, como já abordado, sua versão da realidade, ainda que a partir da ficção.

Do mesmo modo que as obras de escritores românticos como Gonçalves Dias e José de Alencar, *Maciary* romantiza ao olhar para o nativo, construindo a imagem do indígena herói que, apesar de autóctone, encarna todos os princípios românticos durante a narrativa:

Tibúrcio falou com demonstração de humildade, pois percebera que Catita não era nada boba. Ao contrário, Tibúrcio sabia que eram eles, os indígenas, os únicos capazes de conseguir alimentos na mata; de carregar as cargas pesadas; de suportar ferroadas de piuns, borrachudos e carapanãs sem ao menos dizer um ai. No fundo, acreditava que eles eram que nem bicho, dormiriam no chão se fosse preciso, mariscariam com suas flechas envenenadas, fariam armadilhas para as caçadas noturnas, conversariam com indígenas caso encontrassem alguma tribo no percurso, em suma, protegeriam os “brancos” (ROCHA, 2018, p. 64).

E ainda que a narrativa assuma um tom crítico sobre a visão colonizadora do indígena, em sua própria construção do nativo como protagonista, ela tende a combiná-lo com a própria natureza romântica, de onde, supostamente saem seus saberes tradicionais, suas concepções de mundo e todo esse fundo selvagem que produz a matriz romântica do romance. Dessa forma, ainda que busque uma nova mirada sobre a história e a memória dos

povos oprimidos e explorados, *Maciary* nos apresenta uma faceta não completamente autóctone, mas uma busca romântica da construção nativa. Através da qual é possível considerá-lo herdeiro do romance indigenista. Entretanto, como já dito, não podemos encaixar o romance inteiramente em uma única categoria, vez que seu próprio enredo conta com mais de um narrador, fugindo, até mesmo, do foco romântico do “eu”.

As narrativas que compõem a obra, são divididas em duas partes, que não seguem uma ordem cronológica direta, mas sim, organizam-se em um plano subjetivo e memorialístico. A primeira parte é composta por cinco e, a segunda, por quatro histórias. Cada uma apresenta uma história particular e completa que, contudo, encadeia-se às outras, unificando a obra e permitindo sua totalidade. O discurso do narrador reforça esse encadeamento na construção da obra, que além das narrativas, apresenta um prólogo e um epílogo, a fim de garantir que a obra seja compreendida completamente, bem como, para determinar que o que ali está representado, trata-se de, como já mencionado, um longo testemunho da memória daqueles povos. Afinal, como anuncia o narrador-principal, “[...] é a Memória, a mãe soberana que nos permitirá recontar tudo o que ocorreu...” (ROCHA, 2018, p. 13).

Em sua primeira parte, a obra contextualiza o espaço geográfico, o local em que ocorre, ou seja, aborda os processos de formação daquela sociedade. Contudo, como se

trata de testemunhos de memória, esses relatos não seguem um tempo cronologicamente estabelecido, ainda que, em vários momentos, a temporalidade seja bem marcada. As narrativas seguem o tempo psicológico que se liga à própria memória. Assim, logo no primeiro capítulo, “Entre os Apurinã e os Podivem”, somos apresentados a uma *Maciary* já constituída, “[...] uma cidadezinha fincada ali na margem direita de uma das inúmeras curvas daquele rio...” (ROCHA, 2018, p. 20).

Somos apresentados a família de Martim Germano, outro descendente de arigó que chegara à cidade “[...] fugido dessas brigas entre indígenas, extrativistas, seringueiros e grileiros” (ROCHA, 2018, p. 20). Martim mudara-se para *Maciary* com sua mãe e quatro filhos, após o falecimento da esposa. Vó Chiquinha, como era conhecida Francisca Júlia, é a personagem responsável por manter a memória da família, é ela quem, ao final da narrativa, iniciará, por assim dizer, as outras narrativas, tornando-se a primeira narradora-secundária.

O capítulo “Entre os Apurinã e os Podivem” apresenta, logo de início, um conflito entre os habitantes daquela região. Conflito constante, como será narrado no decorrer do livro. Esse primeiro conflito tem como resultado trágico o assassinato de uma freira estrangeira, Irmã Cleusa. Os habitantes, assim como o narratário, coletam entre si os fragmentos do ocorrido, vão de um lugar para outro, juntando os pedaços de informação para descobrir o

acontecimento, para construir um relato, uma memória para levar adiante. Como afirma o narrador principal: “José Rocha e Pepé misturaram-se à multidão. Queriam ouvir as notícias. Precisavam levá-las adiante. Essa era a fervura incitada pelo calor dos trópicos” (ROCHA, 2018, p. 32). A busca pelos relatos e a necessidade de transmiti-los demonstra a preocupação, muito além de uma preocupação com os fatos, uma preocupação com a própria cultura, no sentido que lhe atribui Gagnebin quando afirma que a cultura, exige “[...] cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje” (GAGNEBIN, 2006, p. 27).

O enterro da freira, longe de encerrar as buscas das personagens pelos relatos, dá ainda mais força a esse movimento memorialístico. Agora, a preocupação volta-se a outra parte do ocorrido, a busca do suposto responsável pelo assassinato de Irmã Cleusa. Mistério a que o próprio enredo parece dar pouco interesse, como se reforçasse a ideia de que, os fatos, talvez não importem, o que conta é apenas que as pessoas “[...] precisavam saber os detalhes daquele trágico desfecho. Eram sempre assim. As pessoas saboreavam os mínimos detalhes de cada tragédia. Daí encarregam-se de multiplicá-los ao extremo, fio por fio puxado, retorcido e amarrado” (ROCHA, 2018 P. 32). Assim, mesmo quando Raimundo Podivem, o suposto assassino de Irmã Cleusa reaparece em Maciary, o enredo logo trata de lhe dar cabo:

Raimundo Podivem, você deve pedir perdão por seus atos. Não há mais o que fazer por você. É preciso entregar sua alma a Deus — disse o padre.”

“Ele não nos ouve mais, D. Jesus. É melhor fazer o que for preciso — falou Dr. Robinson.

Dom Jesus elevou uma cruz de bronze com cerca de dez centímetros de comprimento por cima da cabeça de Raimundo. Fez o sinal da cruz e aspergiu a água benta por sobre o corpo. Estava morto. (ROCHA, 2018, p. 37).

Dessa maneira, a dupla morte define o tom das narrativas futuras. A morte, aqui, representa o passado que, no entanto, reflete e modifica o presente. É no contato com a morte, que Luiza, filha de João da Rosa e Anália, sobrinha de Martim Germano e, conseqüentemente, neta de Vó Chiquinha, começa a lembrar de suas vivências com a freira, **338** suas memórias. Esse contato lhe desperta a curiosidade que a faz, junto com seu irmão, procurar sua avó para ouvir mais histórias, principalmente de sua antepassada Catita.

São essas as histórias que compõem toda a obra, diferentes, espalhadas, algumas da própria Francisca Júlia, outras que ela ouviu e as reconta aos netos. A narrativa das memórias é imbricada com a narrativa do próprio livro. Sobrepostas, as narrativas multiplicam os sentidos do texto para o narratário, assim, o narrador principal, em conjunto com Vó Chiquinha e os outros narradores secundários, as transmitem simultaneamente durante o tempo do enredo. Desse modo, é através das reminiscências de várias personagens que se inicia a história daquela sociedade.

Em “Numa das curvas do Purus”, o segundo capítulo do romance, somos apresentados ao povo Apurinã, comunidade indígena que residia ali antes da formação de Maciary. Durante uma celebração tradicional, os indígenas avistam uma embarcação, um vapor, chamado Madeira. Nesse vapor, estavam cearenses e maranhenses, entre eles, o jovem Antônio Rodrigues Pereira Labre (ROCHA, 2018, p. 40). Labre chegava em busca de glória e fortuna, atrás do ouro negro, da borracha, “[...] a estrela cintilante de sua mente” (ROCHA, 2018, p. 40). É, essencialmente, um colonialista, alguém que se aceita como colonizador e, então, como explica o pesquisador Albert Memmi “[...] ao explicitar sua situação, busca legitimar a colonização” (1989, p. 83). Carregava consigo um lema secreto: “[...] tu és detestável, mas eu, como sou mui culto e generoso, ensinar-te-ei o caminho da civilidade, da religião verdadeira e da Cultura” (ROCHA, 2018, p. 40).

A vontade colonizadora coloca Labre imediatamente em conflito direto com os indígenas. Assim que desce de sua embarcação, sente-se proprietário do local, imagina a construção de um império próprio, no qual os nativos são vistos como um impedimento, portanto, ao primeiro contato com esses povos, afirma: “[...] vamos, metam balas nesses bugres atrevidos” (ROCHA, 2018, p. 44). É através da violência que se inicia a empreitada colonialista na região, contudo, não é somente assim que ela se estabelece.

Garantido o controle do território, Labre inicia os outros fronts coloniais. Planeja a construção de uma igreja, posteriormente de uma biblioteca, um mercado e uma praça, todas instituições representativas de sua cultura. Afinal, como bem assevera Edward Said:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento aliadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais (SAID, 2011, p. 30).

339

Portanto, o romance também nos apresenta a outra face do colonialismo. Uma face que, apesar de aparentemente não violenta, utiliza-se da palavra, da cultura, da fé e do próprio pensamento, para impor-se sobre as diferentes experiências de vida que não a imperial, ou seja, a colonizadora.

Como colonialista, Labre gozava de um leque de opções para realizar sua empresa colonial. Essas opções, ainda que aparentemente diferentes, estão intrinsecamente relacionadas e constituem, de vários modos, o mesmo colonialismo. Edward Said aduz cinco características do colonialismo. Sendo, a primeira: “[...] o prazer no uso do poder — o poder de observar, governar, controlar e tirar proveito de territórios e povos distantes” (2011,

p. 166), característica patente na violência e no uso da força por Labre, com o intuito de estabelece o poder. O uso da violência é justificado para si e para os outros de acordo com a segunda característica : um “[...] princípio ideológico para reduzir e depois reconstituir o nativo como indivíduo a ser dirigido e governado” (SAID, 2011, p. 166), nessa direção Labre se reconhece como o dirigente dos indígenas, na sua visão seres incultos, bugres e selvagens, que deveriam saber que ser dirigido por ele é um privilégio, o que o permite tomar as mais horríveis atitudes.

Afinal de contas, a dominação seria proveitosa para eles, uma vez que, a terceira característica é “[...] a ideia de salvação e redenção ocidental por meio de sua “missão civilizadora” (SAID, 2011, p. 166), o que Labre carrega como lema secreto. Por fim, ao passo que seu controle se expande e se estabelece, o poder é mantido, afinando-se com a quarta característica: “[...] a segurança de uma situação que permite ao conquistador não enxergar a verdade da violência que perpetra” (SAID, 2011, p. 166); é através dessa segurança estabelecida que Labre enxerga os frutos que sempre imaginou, para o colonizador não há arrependimentos ou enganos, sequer violência, tudo estava justificado.

Finalmente, mesmo após a morte de Labre, seu controle ainda pode ser percebido, seus ideais permanecem e se espalham pela cultura, o que sintoniza, agora, com a quinta característica: “[...] o processo pelo qual a

história dos nativos, depois de removidos de sua posição histórica em sua própria terra, é reescrita em função da história imperial” (SAID, 2011, o. 166). Os ideais de Labre, sobreviventes a sua morte, permitem a continuação de sua obra, trata-se de uma presença dominante, quase impossível separá-la da necessidade que move os acontecimentos.

Ao lado e logo ali, em outra curva do rio, um casal que vivia junto, José Antônio e Catita, indígenas que já conheciam os brancos, testemunharam todo o ocorrido. Sabiam que não tinham forças para vencer os invasores, mas precisavam sobreviver e, para isso, manteriam vivas àquelas memórias.

4. A MEMÓRIA COMO SOBREVIVÊNCIA DA CULTURA

A partir desse contexto, a empreitada colonialista de Labre avança e se estabelece na região. A região denominada Maciary passa a ser conhecida como “terras de Labre” (ROCHA, 2018, p. 46). Os indígenas que viviam ali foram exterminados ou obrigados a assumir a cultura do colonizador e viver como eles. Do mesmo modo, a comunidade proveniente de outros lugares, como os arigós, viviam sob um regime análogo à escravidão, sempre às ordens de Labre e lhe devendo obediência. O império de Labre se expandia, modificando as paragens e as pessoas, sem, contudo, modificar totalmente as mentes fortes que resistiam.

A memória de José Antônio e Catita sobrevive através de sua descendência, tornando-se narrativas passadas de geração em geração, e que permitem, nas palavras de Said “[...] um contraponto às histórias monumentais, aos discursos oficiais e ao ponto de vista panóptico aparentemente científico das potências ocidentais” (2011, p. 259), ou seja, são essas memórias que permitem a essa descendência não se ver presa (panóptico) somente àquela cultura colonialista. A luta de José e Catita é também “[...] uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro” (GAGNEBIN, 2006, p. 15), porque é através dessas reminiscências que os descendentes do casal podem se tornar atores de suas próprias vidas, ou seja, podem buscar um futuro para si, diferente daquele imposto pelo colonialismo.

A transmissão das memórias é a transmissão da experiência dos antepassados, tal como assevera Homi Bhabha ao tratar da cultura dos povos submetidos à colonização, é uma cultura tradutória que sobrevive como símbolo, transmitido entre os agentes culturais que, através de uma perspectiva pós-colonial, assumem essa tarefa desconfortável (BHABHA, 1998). Desse modo, sem outros meios para sobreviver, é através da conservação da memória que os descendentes de José e Catita lutam para manter viva sua cultura, ou seja, para reconhecer sua “[...] condição de mortais, condição tão

incontornável como a exigência que ela implica: cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje” (GAGNEBIN p. 27). Exigência cumprida pelo narrador-principal que transmite, ele mesmo, essas memórias ao narratário, tornando-se, portanto, mais um agente da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Macyari* acompanhamos não somente a empreitada colonialista de Labre, acompanhamos, concomitantemente, a resistência daqueles que ali viviam, de suas vidas, costumes, nomes e memórias. Essas lembranças sobrevivem a custos altíssimos, ao abandono, ainda que exterior, de sua própria cultura. É através do fingimento, como explicam José Antônio e Catita, que seus descendentes conhecem sua história e tornam-se livres para viver o presente e construir seu futuro. É a memória que lhes permite fugir da aniquilação. 341

Em “Banzeiros e funis”, último capítulo da obra, retornamos ao presente narrado. Ali, faz-se ouvir apenas a voz do narrador-principal, em uma narrativa exclusiva em que transmite uma memória ao narratário. Nessa narrativa, somos apresentados a uma Macyari em declínio, com sua população diminuindo paulatinamente, até tornar-se uma cidade de crianças e idosos. O sonho de Labre não resistiu ao tempo, seu império ruiu e se tornou apenas uma vaga imagem do que era. Contudo, as lembranças das

populações indígenas e arigós permanecem vivas.

As memórias são como o banzeiro, o movimento das águas que remexem o fundo do rio, permitindo que o oculto venha à superfície. Após todos os banzeiros, as memórias de Vó Chiquinha, José e Luiza ganham o mundo, as personagens tornam-se atores de suas vidas, conseguem enxergar além “daquela muralha verde do outro lado do Purus...” (ROCHA, 2018, p. 124). Da mesma forma, após os banzeiros, enfrenta-se o funil. As memórias alcançam o fundo, o íntimo, para serem lançadas à frente pelo narrador principal que se dirige ao narratário. *Maciary* nos permite pensar essas memórias como luta, resistência, como meio de sobreviver quando as forças são díspares, quando a violência e a invasão são terríveis e destruidoras. Narrar o inenarrável, transmitir as memórias dos esquecidos, é uma mensagem decisiva que *Maciary* traz ao narratário e ao leitor real.

Longe de esgotar os temas relevantes e os aspectos implicados na obra literária, buscou-se ressaltar o modo pelo qual a memória pode ser tomada como uma ferramenta de resistência ao colonialismo. Ferramenta poderosa e eficaz que, muitas vezes, consegue sobreviver até mesmo à violenta empreitada colonial. Contudo, como resistência, ela também cobra seu preço. Guardar a memória, garantir sua sobrevivência, não é tarefa fácil e exige sacrifícios, como José Antônio e Catita o fizeram ao renunciar a sua vida plena. É essa resistência que o narrador-

principal, inominado, passa aos narratários, através das palavras do autor puruense Hélio Rocha. Cabe a todos cumprir essa tarefa essencial, transmitir a experiência inenarrável, manter vivos aqueles que o poder insiste em enterrar.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, 342 Escrever, Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2007.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**. Tradução: Mario Pontes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

ROCHA, Hélio. **Maciary, ou para além do encontro das águas**. Rio Branco: Nepan Editora, 2ª edição, 2018.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução: Denisa Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, ed. de bolso, 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. Em: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes.

São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **As categorias da narrativa literária**. Análise estrutural da narrativa. Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

NOTAS

ⁱ Graduado em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mestrando no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Literários - PPG/MEL, na mesma universidade.

ⁱⁱ Graduada em Filosofia pela UNESP- Campus de Marília, Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP, Docente do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas, Programa de Mestrado em Estudos Literários e Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Literários-UNIR e do GT da ANPOLL “Vertentes do insólito ficcional”.

Recebido em: 07/01/2020.

Aprovado em: 30/01/2020.

Publicado em: 31/01/2020.